

Força-tarefa contra a violência política



TSE cria grupo para preparar medidas de enfrentamento a atos agressivos no processo eleitoral. Entre as preocupações da Corte estão, também, os ataques de Bolsonaro às urnas, que podem estimular ações de apoiadores do presidente

Força-tarefa contra a violência política

» LUANA PATRIOLINO

Após o assassinato do tesoureiro do PT em Foz de Iguaçu (PR), Marcelo Arruda, pelo agente penitenciário bolsonarista Jorge Guarani, e em meio à propagação de mensagens de ódio contra opositores nas redes sociais, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) resolveu criar, ontem, um grupo de trabalho para enfrentar a violência política durante o pleito deste ano.

A força-tarefa será coordenada pelo corregedor-geral da Justiça Eleitoral e terá entre os membros representantes dos tribunais regionais de São Paulo, Bahia, Pará e Goiás. Eles deverão contar com ampla participação de partidos políticos, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ministério Público Eleitoral e outras entidades ligadas ao tema. O grupo vai discutir medidas e levantar informações destinadas a coibir a violência durante o processo eleitoral.

A portaria foi assinada pelo presidente do TSE, Edson Fachin. O ministro justifica que o grupo surge após "relatos de violência política" que chegaram ao conhecimento da Corte, "relatos de atentados à liberdade de imprensa, com suposto viés político". O magistrado destacou, ainda, "a necessidade de assegurar o pleno exercício dos direitos fundamentais com segurança e paz nas eleições".

O TSE citou o caso Arruda. Ele foi morto por Guarani enquanto comemorava o aniversário de 50 anos com uma festa temática do PT e do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O atirador invadiu a festa gritando "aquí é Bolsonaro" e "mito" e baleou o petista.

De acordo com o Ministério Público, o crime teve motivação política. No entanto, a Polícia Civil não vê o caso por essa perspectiva.

Guarani foi denunciado pelo MP por homicídio duplamente

qualificado por motivo fútil e perigo comum.

O grupo foi criado no mesmo dia em que o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou a prisão temporária de um homem que divulgava vídeos na internet ameaçando "pendurar os ministros (do Supremo) de cabeça para baixo" (leia reportagem abaixo). Moraes assumirá a presidência do TSE no próximo mês.

Para integrantes da Corte Eleitoral, a detenção serve como indicativo de que o TSE não vai tolerar abusos.

A preocupação com eventual aumento da violência durante a campanha se soma aos movimentos do TSE de enfrentar os ataques às urnas eletrônicas patrocinados pelo presidente Jair Bolsonaro. Entre os ministros da Corte eleitoral há receio de que o discurso do chefe do Executivo de, mesmo sem provas, colocar em dúvida o processo eleitoral sirva de incentivo para estimular atos violentos por seus eleitores.

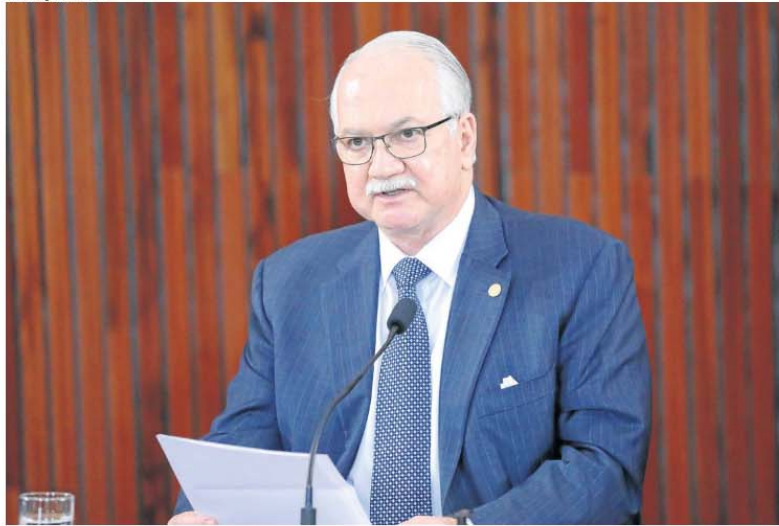
A portaria do TSE que criou o grupo cita casos de ameaças a parlamentares, ataques à sede de partido político e agressões a jornalistas.

Direitos humanos

Antes mesmo da decisão do TSE, um grupo de procuradores da República que atuam na área de proteção aos direitos humanos se reuniu de forma virtual para traçar um plano de ação contra a violência política. O grupo está preocupado com a falta de orientação do procurador-geral da República, Augusto Aras, sobre a atuação do Ministério Público Federal durante o processo eleitoral.

Em um movimento incomum em outras eleições — quando o MPF se mobilizava previamente preocupado em como atuar para coibir fraudes eleitorais, como compra de votos e abusos em campanhas —, procuradores agora discutem estratégias

Antônio Augusto/Secom/TSE



Presidente do TSE, Fachin justifica que o grupo surge após "relatos de violência política" que chegaram ao conhecimento da Corte

» Bolsonaro insiste em apuração paralela

O presidente Jair Bolsonaro (PL) repetiu, ontem, que as Forças Armadas trabalhando em uma apuração paralela à do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) nas eleições de outubro, sob o argumento de dar "transparência" ao pleito. Desde o início do voto eletrônico no Brasil, em 1996, nenhum caso de fraude foi identificado e comprovado. Bolsonaro disse ainda que as FA "estavam quietinhas". "Continua a negociação. Olha só, o que é natural? Se lá diz que não tem problema, porque não fala 'FA, traga seus técnicos para cá, vamos conversar'. As FA foram convidadas, nós não nos intrometemos em nada", sustentou.

conjuntas para lidar com incitação à violência, possíveis repressões a manifestações políticas pacíficas e com atos de campanha em universidades

públicas. A maneira como as forças de segurança vão se portar na campanha também está na lista de preocupações. (Com Agência Estado)

Redes Sociais/Reprodução



O assassinato de Marcelo Arruda foi citado pelo TSE

Cadeia por ameaça a ministros do Supremo

Redes Sociais/Reprodução



Ivan Pinto disse que penduraria ministros "de cabeça para baixo"

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), ordenou a prisão de um homem que ameaçou os integrantes da Corte e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Ivan Rejane Fonte Boa Pinto disse que caçaria a esquerda brasileira e penduraria ministros do Supremo "de cabeça para baixo". Ele foi detido em Belo Horizonte e resistiu à prisão.

O investigado publicou um vídeo nas redes sociais, na última quarta-feira, intitulado "7 de Setembro de 2022". Nele, disse que Lula deve andar "armado até o talo, porque ele e a direita vão caçar ele (sic) e Gleisi Hoffmann", numa referência à presidente do PT. Ele também ameaçou o deputado Marcelo Freixo (PSB-RJ) e afirmou que os ministros da Corte devem sair do Brasil.

"Principalmente esses vagabundos do STF. Se eu fosse você, eu não ia ficar (sic) nos Estados

Sem tolerância

Além da prisão, Moraes determinou a realização de busca e apreensão. A decisão foi dada no âmbito do inquérito das fake news, que tem o magistrado como relator. No despacho, ele determinou que a Procuradoria-Geral da República (PGR) seja comunicada para que, caso queira, possa acompanhar o caso.

Unidos, na Europa, em Portugal. Até Cármen Lúcia, Rosa Weber. Sumam do Brasil", frisou, no vídeo. "Nós vamos pendurar vocês de cabeça para baixo. (...) Nós, brasileiros, cidadãos de bens (sic), não toleramos", emendou, seguido de uma sequência de palavrões.

Ivan Pinto foi candidato a vereador em Belo Horizonte em 2020 e teve 189 votos. Ele se apresenta como "terapeuta" para dependentes químicos e mantém um canal no YouTube. No entanto, seus vídeos são repletos de xingamentos e ofensas a políticos de esquerda, a quem ele associa a existência do narcotráfico, e os ministros do Supremo,

que, segundo ele, "mandam soltar esses vagabundos".

O delegado Fábio Alvares Shor, da Polícia Federal, encaminhou o material com as ameaças para que o STF adote as diligências necessárias. A corporação entendeu que a conduta "possui risco de gerar ações violentas, diretamente por Ivan Rejane ou por adesão de voluntários". E solicitou sua prisão temporária, a busca e apreensão e o bloqueio das redes sociais.

"Publicações de ameaças contra pessoas politicamente expostas têm um grande potencial de propagação entre os seguidores do perfil, principalmente considerando o ingrediente político

que envolve tais declarações, instigando uma parcela da população que, com afinidade ideológica, é constantemente utilizada para impulsionar o extremismo do discurso de polarização e antagonismo, por meios ilegais, podendo culminar em atos extremos contra a integridade física de pessoas politicamente expostas, como visto na história recente do país", argumentou a PE.

Na decisão, Moraes ressaltou que o homem atentou contra o Estado democrático de direito. "Como se vê, as manifestações, os discursos de ódio e a incitação à violência não se dirigiram somente a diversos ministros da Corte, chamados pelos mais absurdos nomes, ofendidos pelas mais abjetas declarações, mas também se destinaram a corroer as estruturas do regime democrático e a estrutura do Estado de direito, contendo, inclusive, ameaças a pessoas politicamente expostas em razão de seu posicionamento político contrário no espectro ideológico", escreveu. (LP)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Política **Página:** 2